



XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT-10 – Informação e Memória

CONTRIBUIÇÕES DAS HUMANIDADES DIGITAIS PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

CONTRIBUTIONS OF DIGITAL HUMANITIES TO THE PRESERVATION OF MEMORY

Fabiane Führ - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Edgar Bisset Alvarez - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas publicou os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, destes o 16º ODS publicado na Agenda 2030, evidencia a meta 16.10 que visa assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais em conformidade com a legislação e os acordos internacionais. Realiza uma pesquisa bibliográfica para analisar de que forma estudos realizados no âmbito das Humanidades Digitais podem contribuir para a preservação da memória das sociedades e assim, auxiliar para a promoção de uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Agenda 2030; humanidades digitais; instituições de memória.

Abstract: The United Nations 2030 Agenda published the 17 Objectives for Sustainable Development, of which the 16th Sustainable Development Goal published in the 2030 Agenda, highlights the 16.10 goal that aims to ensure public access to information and protect fundamental freedoms by international legislation and agreements. It carries out bibliographical research to analyze how studies carried out in the Digital Humanities scope can contribute to the preservation of the memory of societies and thus help to promote a fairer society.

Keywords: 2030 Agenda; digital humanities; memory institutions.

1 INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 da ONU apresenta 5 princípios que guiam os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estes princípios – Pessoas, Prosperidade, Paz, Parcerias, Planeta – também são conhecidos como os 5 Ps da Agenda 2030. Estes princípios estão entrelaçados e buscam erradicar a pobreza e a fome e garantir a dignidade e a igualdade; garantir vidas prósperas e plenas, em harmonia com a natureza; promover sociedades

pacíficas, justas e inclusivas, implementar a agenda por meio de uma parceria global sólida e proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta para as futuras gerações.

Este artigo propõe-se a refletir sobre um dos muitos aspectos que envolvem a Sustentabilidade Informacional e que está relacionado com a construção de uma sociedade mais pacífica, justa e inclusiva por meio do acesso a informação. Para isso, realiza uma pesquisa bibliográfica em artigos científicos, livros e outros materiais bibliográficos com o objetivo de analisar de que forma estudos realizados no âmbito das Humanidades Digitais podem contribuir para a preservação da memória das sociedades e assim, auxiliar para a promoção de uma sociedade mais justa. Para atender ao que se propõe contextualizaremos a Sustentabilidade Informacional, as Humanidades Digitais, a memória e as instituições de memória e sua colaboração para a preservação da história e da memória.

2 SUSTENTABILIDADE INFORMACIONAL

Segundo Nolin (2010) o desenvolvimento sustentável abrange estratégias de proteção ambiental, bem como de equidade social e de desenvolvimento econômico. A dimensão ambiental envolve uma série de problemas, tais como mudanças climáticas, superpopulação, escassez de alimentos, escassez de água, desmatamento, biodiversidade, produção de resíduos e poluição.

Nolin (2010) observa que há uma estreita relação entre a informação e o desenvolvimento sustentável, todavia nos documentos essa relação não se encontra articulada de maneira substancial, mas referem-se a diversas práticas informacionais, tais como: produção de conhecimento científico, estabelecimento de padrões de indicadores ambientais, armazenamento e acesso à informação, igualdade de acesso às tecnologias da informação e comunicação (TIC's), entre outras.

O mesmo acontece com a Agenda 2030, uma nova agenda publicada em 2015 pela ONU, na qual foram estabelecidos 17 Objetivos para do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nessa agenda a relação entre os 17 ODS e a informação não está explícita, porém a partir de reflexões é possível identificar ações informacionais sobre todos os objetivos propostos na Agenda.

A agenda 2030 prevê

[...] um mundo de respeito universal dos direitos humanos e da dignidade humana, do Estado de Direito, da justiça, da igualdade e da não discriminação; do respeito pela raça, etnia e diversidade cultural; e da igualdade de oportunidades que permita a plena realização do potencial humano e contribua para a prosperidade compartilhada. Um mundo que investe em suas crianças e em que cada criança cresce livre da violência e da exploração. Um mundo em que cada mulher e menina desfruta da plena igualdade de gênero e no qual todos os entraves jurídicos, sociais e econômicos para seu empoderamento foram removidos. Um mundo justo, equitativo, tolerante, aberto e socialmente inclusivo em que sejam atendidas as necessidades das pessoas mais vulneráveis. (CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O BRASIL, 2015, p. 4-5).

A transformação proposta pela Agenda 2030 é uma transformação social, política, econômica e ambiental e só será possível se os direitos de acesso à informação forem preservados, infelizmente sem informação nenhuma mudança será possível. Assim, nos propomos a refletir sobre o 16º objetivo, que visa “promover sociedades pacíficas e inclusivas, para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.” (CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O BRASIL, 2015, p. 36).

O objetivo 16, subdivide-se em 10 metas, na qual a meta 16.10 é que a que consideramos fundamental para este estudo. A meta 16.10 propõe “assegurar o acesso público à informação, bem como proteger as liberdades fundamentais em conformidade com a legislação e os acordos internacionais.” (CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O BRASIL, 2015, p. 36). Uma das formas de assegurar o acesso público à informação, bem como proteger as liberdades fundamentais é garantindo que a memória das sociedades não se perca, e de certa forma, as Humanidades Digitais têm desenvolvido diversas técnicas para a preservação dos acervos disponíveis nas bibliotecas, arquivos e museus.

3 HUMANIDADES DIGITAIS

O primeiro trabalho desenvolvido no âmbito das Humanidades Digitais é o *Index Thomisticus*, projeto idealizado pelo Padre Roberto A. Busa, no ano de 1949. Com este projeto, Busa automatizou a análise linguística de textos escritos de São Tomás de Aquino.

Segundo Schreibman, Siemens e Unsworth (2004) o campo das Humanidades Digitais está interessado no texto, bem como nos avanços tecnológicos que tornaram possível

capturar, manipular e processar informações independente da mídia. A partir de 1990, com o advento da *World Wide Web*, as Humanidades Digitais ampliaram seu alcance, mas continuaram utilizando a tecnologia da informação para iluminar e trazer compreensão sobre o registro humano e seu desenvolvimento.

Todavia, as pesquisas em Humanidades Digitais não se restringem mais ao texto. Melissa Terras (2012) observou que a pesquisa e o ensino de Humanidades Digitais ocorrem na interseção entre as tecnologias e as humanidades. O objetivo das Humanidades Digitais é produzir e utilizar aplicativos e modelos que possibilitem novos tipos de ensino e pesquisa, tanto nas ciências humanas quanto na ciência da computação (e suas tecnologias aliadas). Além disso, as Humanidades Digitais também estudam o impacto das técnicas sobre o patrimônio cultural, as instituições de memória, as bibliotecas, os arquivos e a cultura digital.

De acordo com o Manifesto das Humanidades Digitais (DACOS, 2011) constatou-se

que existem múltiplas comunidades específicas, oriundas de interesses por diversas práticas, instrumentos ou objetos transversais (codificação de fontes textuais, sistemas de informação geográfica, lexicometria, digitalização do patrimônio cultural, científico e técnico, cartografia da web, garimpagem de dados, 3D, arquivos orais; artes e literaturas digitais e hipermediáticas; etc.), que convergem atualmente para formar o campo das *digital humanities*.

Dessa forma, as Humanidades Digitais se apresentam como um domínio híbrido, no qual as fronteiras disciplinares, as barreiras tradicionais entre a teoria e a prática, a implementação tecnológica e a reflexão acadêmica se cruzam (FLANDERS; PIEZ; TERRAS, 2007) promovendo novos olhares e novas oportunidades, tais como a possibilidade de preservação da memória para as futuras gerações que é uma das interfaces de estudos que podem ser desenvolvidos sob o leque das Humanidades Digitais. Portanto, a partir daqui contextualizaremos a memória e as instituições de memória.

4 A MEMÓRIA E INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA

Há diferentes tipos de memória, como a memória que se baseia na tradição oral e aquelas que se baseiam na memória escrita, que está disponível em documentos, em diferentes suportes e formatos, e que tem como função principal o armazenamento de informações.

A história oral, segundo Joutard (2000 apud FIORUCCI, 2010)¹, dá voz aos excluídos, apresenta realidades inenarráveis e revela situações de extremo abandono, ou seja, pode mostrar aquilo que não está registrado nos documentos escritos. Contudo, a história oral perdeu espaço, afetando a memória e o seu meio de transmissão, principalmente devido às mudanças que ocorreram no mundo, já que a “sociedade global, cada vez mais dinâmica e acelerada [...], rompeu as antigas fronteiras e maneiras de relacionamentos entre os indivíduos” (FIORUCCI, 2010, p. 8).

Segundo Fiorucci (2010) houve um desmoronamento das memórias tradicionais, o que afastou os sujeitos do passado, mantendo-os sempre ligados ao presente. Percebe-se um esforço para a valorização da memória oral, fazendo com que as pessoas desenvolvam um sentimento de pertencimento, fazendo com que o passado seja uma parte permanente da reconstrução da memória coletiva (FROCHTENGARTEN, 2005).

Segundo Le Goff (1990) o termo “lugares de memória” foi criado por Simônides, que ao ter saído da casa onde estava compartilhando uma refeição, sobreviveu ao desabamento desta. Simônides recorreu a sua memória para recordar os lugares onde cada um dos presentes estava sentado, o que permitiu a correta identificação dos mortos. Assim, esse ato de recorrer a recordação ou memória, e ao lugar onde esta se encontra, deu-se o nome de lugar de memória.

No contexto atual, consideramos que os lugares de memória são “lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as associações, estes memoriais têm sua história.” (LE GOFF, 1990, p. 473).

A expressão Instituições de memória é utilizada por Armando Malheiro da Silva² (2006 apud MACEDO; TENÓRIO; LIMA, ARAÚJO, 2018, p. 490) para tratar de instituições legitimadas, tais como os arquivos, as bibliotecas e os museus. Os criadores da memória coletiva, ou seja, os Estados, as instituições e a própria sociedade constroem “seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória” (LE GOFF, 1990, p. 473) e são igualmente importantes para os diferentes estudos desenvolvidos na área de Humanidades Digitais.

¹ JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (org.). **História Oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

² MALHEIRO, Armando. **A informação**: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico. Porto: Edições Afrontamentos, 2006.

Um grande volume de material manipulado no âmbito das Humanidades Digitais encontra-se nas instituições de memória. Macedo, Tenório, Lima e Araújo (2018) acreditam que o registro do conhecimento humano torna inesquecíveis as obras produzidas pela humanidade e que as bibliotecas, arquivos e museus contribuem para que estes registros sejam perpetuados para as gerações futuras.

5 AS INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA E AS HUMANIDADES DIGITAIS

As bibliotecas, arquivos e museus são instituições de memória que tem como objetivo organizar o registro cultural e intelectual (DEMPSEY, 2000). As coleções dessas instituições contêm a memória dos povos, comunidades, instituições e indivíduos, o patrimônio científico e cultural e são o nosso legado para as gerações futuras.

Segundo Macedo, Tenório, Lima e Araújo (2018, p. 489) as instituições de memória nasceram para “incorporar a produção intelectual e político-administrativa de um povo; guardam os testemunhos escritos de sua identidade, lugar da memória nacional, espaço da conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico de uma nação para uma partilha coletiva.”

Com o desenvolvimento de TIC's as instituições de memória passaram a utilizar sistemas integrados que facilitaram a informatização das bibliotecas, dos arquivos e dos museus. Além disso, os profissionais têm buscado novas formas de gerenciar seus materiais físicos, seus materiais digitalizados, bem como seus materiais nato digitais como se fossem partes complementares de um recurso unificado. Há uma busca constante para integrar os documentos e artefatos 'nascidos digitais' aos demais registros culturais, organizando-os para que estejam acessíveis e se tornem parte da memória das gerações futuras. (DEMPSEY, 2000).

Os projetos de Humanidades Digitais, além de promoverem os recursos das instituições de memória tradicionais, permitem desenvolver projetos criativos e inovadores, assim é possível propor projetos baseados na oralidade, divulgando a memória de grupos sociais, bem como novas formas trabalhar os lugares de memória não convencionais, ou seja, lugares monumentais, simbólicos e funcionais.

A utilização da Internet, por sua vez, tem permitido às instituições identificar e desenvolver novas comunidades de usuários, possibilitou também novas formas de pesquisa, de aprendizado e de disseminação da cultura. Ademais, a Internet também permitiu que as

instituições de memória apresentassem seus próprios websites e estivessem presentes nas redes sociais, o que amplia visibilidade e as aproxima de novos públicos.

Apesar da importância das instituições de memória para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária, observa-se que o universo dessas instituições apresenta uma série de desafios que vão desde os desafios políticos e financeiros, principalmente porque muitas dessas instituições são públicas e, já sofrem constantemente com a escassez de recursos, e porque o custo associado ao processo de digitalização e preservação digital é alto; mas há também os desafios técnicos, que perpassam a qualidade da digitalização; desafios técnico-especializados, como por exemplo, a qualidade dos metadados e a datalização³, que garantem que os documentos não fiquem perdidos no mundo digital; os direitos autorais, os procedimentos técnicos e os procedimentos administrativos podem muitas vezes se apresentar como desafios jurídicos e éticos.

Os desafios tecnológicos estão relacionados a formação e manutenção de uma infraestrutura tecnológica que garanta a preservação digital. Formar uma equipe multidisciplinar pode ser um desafio de pessoal e há o desafio de gestão e avaliação permanente, que vai avaliar as estratégias de seleção e divulgação dos materiais digitalizados, bem como a interação com os usuários (ALMEIDA, 2016).

Os projetos de Humanidades Digitais surgem como uma alternativa para assegurar o acesso público à informação, uma vez que muitos os projetos de Humanidades Digitais são desenvolvidos em parceria entre as bibliotecas, arquivos e museus, a comunidade e instituições de ensino e pesquisa.

As Humanidades Digitais auxiliam estes espaços de memória na proteção e conservação dos bens e informações armazenados nestes espaços, pois utilizam a tecnologia para salvaguardar e preservar os patrimônios existentes nestes espaços e assim, assegurar o acesso público às informações e garantir que a população tenha seus direitos e liberdades fundamentais garantidos.

³ A expressão Datalização (derivada de dados, em inglês), corresponde à utilização de ferramentas, práticas e protocolos a serem adotados no momento da descrição de um conteúdo digital. (LANDSHOFF, 2013).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação dos diferentes públicos com as instituições de memória é de certa forma uma experiência rica em termos de troca e de possibilidades, pois faz com que a memória não perca e porque dá voz aqueles que não podiam expressá-la no passado. Por este motivo, os espaços de memória e seus acervos são tão importantes para o cumprimento da meta 16.10 e do ODS 16, que busca a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, para o desenvolvimento sustentável, proporcionando acesso à justiça para todos e construindo instituições eficazes, responsáveis e inclusivas para todos.

As Humanidades Digitais permitem o rompimento de barreiras físicas por meio da utilização das TICs e possibilitam que um maior número de pessoas, de diferentes regiões, línguas e etnias tenham acesso à informação e possam utilizá-la em diferentes contextos.

Somente de posse de informações acessíveis é que poderemos lutar por uma sociedade mais justa, lutar para que a informação e a memória da sociedade sejam preservadas para as gerações futuras. Para mantermos não apenas a nossa memória, mas para mantermos nossa identidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. Bibliotecas, arquivos e museus: convergências.

Revista Conhecimento em ação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/2737/2807>. Acesso em: 14 jun. 2020.

BRUGUÈS, Jean-Louis. Iglesia y memoria: la biblioteca y el archivo secreto vaticano. **Teología y vida**, v. 55, n. 2, p. 371-381, 2014. DOI: 10.4067/S0049-34492014000200008. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0049-34492014000200008&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 13 jun. 2020.

CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O BRASIL (UNIC Rio).

Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2015. DOI: 10.12660/gvexec.v14n2.2015.56854.

DACOS, Marin. **Manifesto das digital humanities**. Paris, 26 mars 2011. Disponível em: <https://tcp.hypotheses.org/497>. Acesso em: 26 abr. 2020.

DEMPSEY, Lorcan. Scientific, industrial, and cultural heritage: a shared approach. **Ariadne**, n. 22, 12 jan. 2000. Disponível em: <http://www.ariadne.ac.uk/issue22/dempsey/>. Acesso em: 14 jun. 2020.

FIORUCCI, Rodolfo. História oral, memória, história. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 4, n. 8, p. 1-17, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/952/587>. Acesso em: 23 ago. 2021.

FROCHTENGARTEN, Fernando. A memória oral no mundo contemporâneo. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 367-376, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000300027>.

LANDSHOFF, Renate. Datalização: a pegada digital. **Tecnologia e Informação 2.0**. 2013. Disponível em: <http://curadoriainformacional.blogspot.com/2013/10/datalizacao-pegada-digital.html>. Acesso em: 24 jun. 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

MACEDO, Tony Bernardino; TENÓRIO, Rafaela Maria de Melo Cavalcanti; LIMA, Breatriz Santos da Silva de, ARAÚJO, Ana Cláudia Gouveia. O lugar da memória na biblioteca universitária: o caso do Memorial Denis Bernardes. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 20, 2018, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: EDUFBA, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27708>. Acesso em: 15 jun. 2020.

NOLIN, Jan. Sustainable information and information Science. **Information Research**, v. 15, n. 2 jun. 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/47502616_Sustainable_information_and_informat ion_science. Acesso em: 26 mar. 2020.

SCHREIBMAN, Susan; SIEMENS, Ray; UNSWORTH, John. **A Companion to Digital Humanities**. Oxford: Blackwell, 2004. Disponível em: www.digitalhumanities.org/companion/. Acesso em: 02 set. 2019.

TERRAS, Melissa. Infographic: Quantifying Digital Humanities. **Blog UCL Centre for Digital Humanities**. 2012. Disponível em: <https://blogs.ucl.ac.uk/dh/2012/01/20/>. Acesso em 05 set. 2019.